

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**  
**CURSO CPOS M**  
**2017/2018**



**TII/TIG**

**SUPLEMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.**

**Susana Maria Bonifácio Ramos**  
**1TEN TSN-JUR**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**  
**SUPLEMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS**

**1 TEN TSN-JUR Susana Ramos**

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-M

Pedrouços 2018



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**SUPLEMENTOS DAS FORÇAS ARMADAS**

**1 TEN TSN-JUR Susana Ramos**

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-M

Orientador: CFR M Calisto de Almeida

Coorientador: CFR M Alonso Lindo

Pedrouços 2018



### **Declaração de compromisso Antiplágio**

Eu, **1TEN TSN-JUR Susana Maria Bonifácio Ramos**, declaro por minha honra que o documento intitulado Suplementos das Forças Armadas corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial Superior 2017/2018** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 18 de maio de 2018

Susana Ramos  
1TEN TSN-JUR



## **Agradecimentos**

A realização do presente trabalho foi possível graças ao apoio de diversas pessoas, sem as quais este não teria sido possível.

Agradeço ao meu orientador, capitão-de-fragata Francisco Calisto de Almeida, pela disponibilidade e pelos conselhos, que em e muito facilitaram o desenvolvimento do trabalho e, sobretudo pelo incentivo ao espírito crítico.

Ao capitão-de-fragata Alonso Lindo na qualidade de coorientador.

A todos os oficiais que me apoiaram durante a investigação, em especial ao capitão-de-mar-e-guerra Manuel Amaral Mota e o capitão-de-fragata Miguel Xavier da Cunha Oliveira Júdice Pargana.

A todos os camaradas dos CPOS 2017/18, pela amizade e espírito de camaradagem vividos ao longo destes meses.

À minha família, o Carlos e a pequena Margarida, um especial obrigada pela ajuda e compreensão.



## Índice

Introdução .....	10
1. A Aplicabilidade aos Militares do Novo Regime de Atribuição de Suplementos Remuneratórios da Função Pública. ....	14
1.1. A Aplicabilidade dos Princípios Gerais em Matéria de Remuneração Estabelecidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. ....	14
1.2. A Aplicabilidade dos Critérios Definidos para a Tabela Única de Suplementos. ...	15
1.3. Análise Conclusiva .....	17
2. Análise Caracterizadora do Atual Regime dos Suplementos Remuneratórios Específicos da Carreira Militar. ....	18
2.1. O Suplemento de Condição Militar (SCM) .....	18
2.2. Os Suplementos e Gratificações Militares por Serviços ou Condições Específicas. ....	20
2.3. Análise Conclusiva .....	23
3. Aferição da possível Adequabilidade à Tabela Única de Suplementos.....	25
3.1. Quanto ao Suplemento de Condição Militar.....	25
3.2. Quanto aos Suplementos e Gratificações Militares por Serviços ou Condições Específicas .....	26
3.3. Análise Conclusiva .....	28
Conclusões Finais .....	31
Base Conceptual .....	34
Bibliografia .....	35
Legislação .....	36



## **Índice de Anexos**

Anexo A — Quadro Síntese Caracterizador da Base Legal, Critério de Atribuição e Justificação dos Suplementos Remuneratórios Específicos dos Militares das Forças Armadas .....	1
Anexo B — Quadro Síntese Caracterizador da Forma de Cálculo e Relevância Remuneratória dos Suplementos Remuneratórios Específicos dos Militares das Forças Armadas .....	3
Anexo C — Quadro Síntese dos Requisitos Gerais de Atribuição de Suplementos definidos para a Tabela Única de Suplementos .....	4
Anexo D — Quadro Síntese dos Fundamentos Específicos de Atribuição de Suplementos definidos para a Tabela Única de Suplementos .....	5
Anexo E — Quadro Comparativo da Razão, Requisitos e Fundamentos dos Suplementos Remuneratórios Militares perante a Tabela Única de Suplementos .....	6

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Objetivos Específicos da Investigação.....	11
Figura 2 – Questões e Hipóteses da Investigação.....	12



## Resumo

A Tabela Remuneratória Única (TRU) estabelece regras de atribuição de Suplementos Remuneratórios (SR) e de transição para a Tabela Única de Suplementos (TUS), que, por serem aplicáveis ao regime remuneratório específico da carreira militar, colocam a necessidade de avaliação da possível adequabilidade do atual elenco de suplementos remuneratórios das Forças Armadas (FFAA), regulado em diferentes diplomas.

Não incidindo sobre todos os suplementos atribuíveis aos militares, mas apenas sobre os que se mostram específicos da condição e das funções militares, o presente trabalho visou a constatação das novas regras e princípios impostos à criação da TUS, para, a partir daí, compreender se o atual regime de suplementos das FFAA se adequa a essas regras e princípios, ou se deverá ser alterado, e de que modo.

Observando o modelo de raciocínio hipotético-dedutivo, através de uma investigação qualitativa sobre o quadro legal em vigor, concluiu-se que a adequação à TUS se mostra viável. A atribuição dos suplementos específicos das FFAA justifica-se no exercício efetivo de funções, em condições de trabalho mais exigentes que as de idêntico cargo ou categoria, como definido pela (Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas) LTFP e coaduna-se com os princípios da TUS, exceto no que respeita ao Suplemento de Condição Militar (SCM), por este se encontrar associado à condição estatutária, não ao exercício efetivo das funções.

Mas atendendo à anterior decisão de manutenção de um regime remuneratório próprio da carreira militar, que procurou a harmonização com os princípios do regime geral de remunerações dos trabalhadores em funções públicas, não fará sentido que o mesmo pressuposto não seja considerado para aos suplementos específicos da carreira militar, sendo legalmente admissível a existência de um regime específico.

É possível a aprovação de uma tabela de suplementos específica da carreira militar, com fundamentos e valores distintos da tabela do regime geral, sobre aquilo que é específico da carreira. Caso em que deve ser considerado não só o tipo do risco ou insalubridade da tarefa, mas o seu grau e frequência.

## Palavras-chave

Tabela Remuneratória Única (TRU), Tabela Única de Suplementos (TUS), Suplemento Remuneratório (SR).





### ***Abstract***

The Single Remuneration Table establishes rules for the attribution of Remuneration Supplements and provides the rules for the transition to the Single Supplement Table.

Since they are both applicable to the specific remuneration regime of the military career, but regulated to different degrees, there is a demand to determine if the current list of compensatory supplements, for the Portuguese Armed Forces is in fact adequate.

Notwithstanding all the different supplements for the military, only those that are specifically applicable to the military condition and functions are hereby analysed. Henceforth, the present study is aimed at verifying the new rules and principles imposed by the creation of the TUS, and, from thereon, attempts to understand if the current supplementary regime for the Armed Forces, is in line with these rules and principles, whether it should be changed and, if so, in which way.

Based on the hypothetical-deductive reasoning model and conducting a qualitative investigation on the legal framework in force, it was concluded that the TRU is suitable and feasible. The attribution of the specific supplements to the Armed Forces personnel is justified by, the effective exercise of functions, usually in more demanding working conditions than those of the same position or category, as defined by the Labour Law for the Public Servant and is in accordance with the principles of the TUS, except for Supplement of the Military Condition, because it is associated to the statutory condition and not to the effective exercise of a certain function.

In view of the previous decision to maintain a remuneration system that is specific to the military career, which sought to harmonize it with the principles of the general system for remuneration of public servants, it would not make sense that the same assumption is not applicable to the specific supplements of the military career. Therefore, the existence of a specific regime is legally admissible.

With regard to what is specific to the career, it is possible to approve a supplementary table specific to the military career but based on different values compared to the table of the general regime. In which case, not only the type of risk or jeopardy of the task, but its degree and frequency should also be considered.

### ***Keywords***

Single Salary Table, Single Supplement Table, Salary Supplements.



## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

ADM	Assistência na Doença aos Militares
AP	Administração Pública
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CRP	Constituição da República Portuguesa
DGAEP	Direção-geral da Administração e Emprego Público
DL	Decreto-Lei
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
FFAA	Forças Armadas
FP	Função Pública
GNR	Guarda Nacional Republicana
GCH	Gratificação de Câmara Hipobárica
GSA	Gratificação de Serviço Aéreo
GSH	Gratificação de Serviço Hidrográfico
HI	Hipótese de Investigação
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
LBGECM	Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar
LNEG	Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP
LTFP	Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas
LVCR	Lei de Vínculos e Carreiras da Função Pública
OC	Objetivo Central
OE	Objetivo Específico
OI	Objeto da Investigação
QC	Questão Central
QI	Questão de Investigação
QP	Quadros Permanentes
PIE	Prémio por Inativação de Explosivos
RC	Regime de Contrato
PSP	Polícia de Segurança Pública
RV	Regime de Voluntariado
SCM	Suplemento de Condição Militar



SE	Suplemento de Embarque
SM	Suplemento de Missão
SS	Segurança Social
SSA	Suplemento de Serviço Aéreo
STC	Subsídio de Trabalhos de Campo
SSI	Suplemento de Serviço de Imersão
SSM	Suplemento de Mergulho
SSTA	Suplemento de Serviço Aerotransportado
SR	Suplemento Remuneratório
TRU	Tabela Remuneratória Única
TUS	Tabela Única de Suplementos



## **Introdução**

Na sequência da aprovação da Tabela Remuneratória Única (TRU), aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro e sob a condição de prazos, entretanto ultrapassados, o DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro estabeleceu regras para a fundamentação da atribuição de suplementos remuneratórios e de transição para a Tabela Única de Suplementos (TUS), além de um elenco de regras comuns para a gestão e manutenção dessa componente da remuneração. Esta decisão ocorreu no contexto, mais lato, das políticas de reforma da Administração Pública (AP), prosseguidas desde há quase uma década, ao nível da estrutura e organização da administração e do estatuto dos seus trabalhadores. Embora a TUS ainda não tenha sido aprovada, esta é uma mudança à qual a organização, o estatuto e a condição militares se encontram legalmente sujeitas e terão que acompanhar. Pelo que se coloca o desafio de avaliação da possível adequabilidade do atual elenco de suplementos remuneratórios das Forças Armadas (FFAA) à pretendida reforma da política remuneratória da Função Pública (FP).

O DL n.º 296/2009, de 14 de outubro, procedeu à alteração da estrutura do regime remuneratório dos militares, precisamente no sentido da sua adaptação à TRU. Como referido no preâmbulo do DL n.º 296/2009, embora na Lei n.º 12-A/2008, de 6 de fevereiro, não tenha sido definido nem regulado o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos militares das FFAA, esta procurou a indispensável harmonização com o regime geral da FP, determinando a obediência a princípios relativos à definição das componentes da remuneração e respetivos conceitos, bem como a existência de uma única tabela remuneratória, com todos os níveis remuneratórios a serem utilizados para a fixação da remuneração base dos trabalhadores, assim como para a atribuição de suplementos remuneratórios, e a enumeração e definição dos respetivos descontos.

A TRU foi criada e encontra-se em vigor, mas o propósito da reforma quanto aos suplementos e outras componentes adicionais à remuneração ainda não foi alcançado. O regime de suplementos da função pública é de tal forma disperso que houve a necessidade de estabelecer um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2013 de 23 de agosto, na sequência do qual foi conseguido um levantamento sobre os diversos suplementos existentes na Administração, que consta do Relatório Preliminar sobre a caracterização geral dos sistemas remuneratórios da administração pública, elaborado pela Direção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), (DGAEP,



2013). Por sua vez, o elenco de suplementos remuneratórios afetos ao orçamento das FFAA também é amplo, disperso e antigo.

É neste contexto que se justifica o presente trabalho de investigação. Tendo por objeto os “*Suplementos das Forças Armadas*”, neste visa-se constatar se há necessidade de adequar o elenco de suplementos específicos dos militares das FFAA àquilo que foi determinado como princípios de atribuição para as carreiras do regime geral e, se for esse o caso, aferir a viabilidade de um eventual modelo de harmonização entre o regime de suplementos remuneratórios das FFAA e as condições específicas de atribuição de suplementos remuneratórios, estabelecidas pelo DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro.

Questão que também foi objeto do “*Estudo sobre Suplementos Remuneratórios nas Forças Armadas*”, elaborado pela Divisão de Recursos do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), em junho de 2014 (EMGFA, 2014), após a publicação do Relatório de 19 de dezembro de 2013, no qual foram apresentadas três possíveis modalidades de revisão dos suplementos militares. Relatório ao qual não poderíamos deixar de nos referir por uma questão de integridade académica e a que, por isso, atenderemos ao longo do trabalho, em termos comparativos.

Delimitando o objeto da investigação apenas aos suplementos considerados específicos do exercício de funções militares, tomámos como Objeto de Investigação (OI) os suplementos remuneratórios dos militares das FFAA. Assumindo como Objetivo Central (OC) avaliar a necessidade e viabilidade de harmonização do regime dos suplementos remuneratórios dos militares das FFAA perante os princípios de atribuição definidos para a TUS.

Esse OC será suportado por dois objetivos específicos (OE):

OE1

- Constatar a necessidade de adequação do regime de suplementos das FFAA, perante os fundamentos de atribuição estabelecidos pelo DL n.º 25/2015 de 6 de fevereiro.

OE2

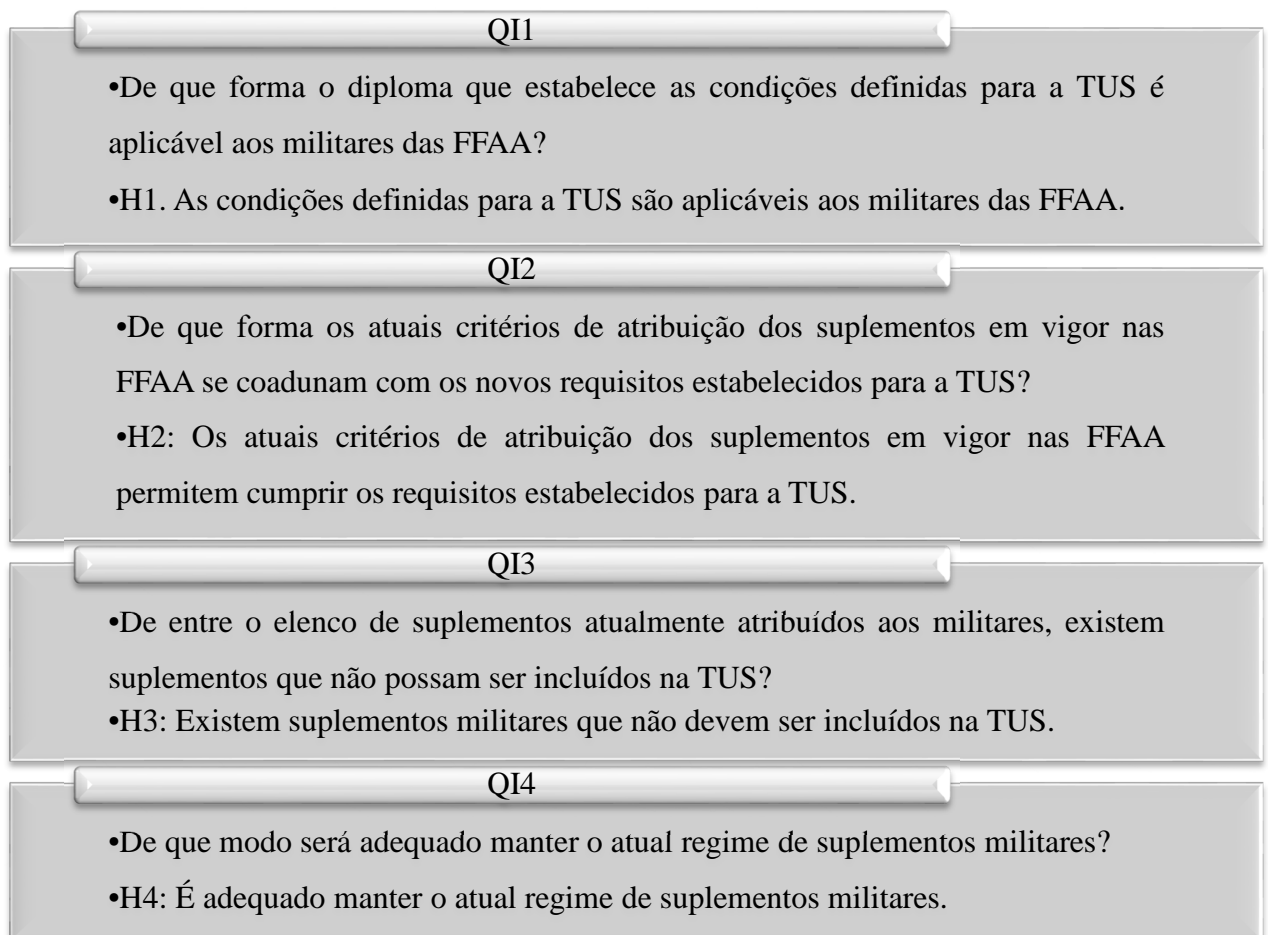
- Apresentar contributos para a construção de um modelo que permita a harmonização de regimes, se esta for necessária.

**Figura 1 – Objetivos Específicos da Investigação**

**Fonte:** (autora, 2018)

Na sequência dos objetivos definidos para o presente trabalho de investigação, foi definida a seguinte Questão Central (QC): Qual a viabilidade do modelo de harmonização entre o regime de suplementos remuneratórios dos militares das FFAA, perante os princípios de atribuição definidos para a TUS?

No sentido de esclarecer e responder à QC, foram estabelecidas quatro Questões de Investigação (QI) e as respetivas hipóteses associadas:



**Figura 2 – Questões e Hipóteses da Investigação**

**Fonte:** (autora, 2018)

Tendo em conta as orientações “Metodológicas Para a Elaboração de Trabalhos de Investigação” seguidas pelo Instituto Universitário Militar (IESM, 2014) e o propósito de verificação da necessidade e apresentação de contributos para um possível modelo de atribuição de suplementos remuneratórios, optou-se pelo uso do raciocínio hipotético-dedutivo. Por forma a alcançar o desiderato de refutação ou validação de cada uma das hipóteses formuladas procedeu-se à recolha e análise de dados com recurso a uma estratégia de investigação qualitativa, essencialmente assente no levantamento do quadro legal em



vigor. Como desenho da pesquisa considerámos o modelo de estudo de caso, como o mais adequado.

O presente trabalho encontra-se organizado em três capítulos. Após a introdução, sobre a delimitação do OI, no contexto da aprovação da TUS, no Capítulo 1 é abordada a aplicabilidade dos princípios gerais em matéria de remuneração estabelecido pela Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, constatando-se o âmbito de aplicação aos militares dos princípios gerais em matéria de remuneração, estabelecidos pela LTFP e dos consequentes princípios da TUS, de modo a responder à QI1. O Capítulo 2 consiste, essencialmente, numa análise caracterizadora do regime dos suplementos remuneratórios específicos da carreira militar, atendendo aos critérios definidos para a TRU, de modo a perceber se o regime em vigor permite cumprir o que se encontra determinado para a TUS, respondendo à QI2 e QI3; e, finalmente, o Capítulo 3, onde se assume uma visão prospetiva sobre a aferição da possível adequabilidade à TUS, respondendo à QI4, sobre as possíveis alterações ao quadro legal em vigor; após o que se seguem as conclusões finais.



## **1. A Aplicabilidade aos Militares do Novo Regime de Atribuição de Suplementos Remuneratórios da Função Pública.**

### **1.1. A Aplicabilidade dos Princípios Gerais em Matéria de Remuneração Estabelecidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.**

A reforma para a uniformização dos regimes de vínculos, carreira e remunerações dos trabalhadores da administração direta e indireta do Estado, incluindo a administração regional e local, teve o seu marco inicial com a aprovação da Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (LVCR), Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, que, desde logo, conduziu à redução do número de carreiras e a aprovação da TRU, pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, embora um significativo número de carreiras tivesse ficado por rever e tivessem ficado por cumprir as disposições dessa lei acerca dos suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores e dirigentes de entidades públicas.

O art.º 2.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que atualmente se encontra em vigor, de forma semelhante ao que já acontecia com a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, continua a excluir os militares das FFAA do seu âmbito de aplicação, sejam militares, dos Quadros Permanentes (QP), em Regime de Contrato (RC) ou em Regime de Voluntariado (RV). Embora esta seja uma rejeição parcial, como refere Paulo Veiga e Moura (Moura, 2014), pois o mesmo diploma estabelece que os militares dos QP têm um vínculo de nomeação e que os regimes especiais que disciplinam todos os militares (QP, RC e RV) devem observar e respeitar muitos dos princípios fundamentais consagrados na LTFP.

A carreira militar é uma das carreiras especiais da FP e, por isso, conta com um estatuto próprio, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo DL n.º 90/2015, de 29 de maio (EMFAR), alterado pela Lei n.º 10/2018, de 2 de março, e um regime remuneratório próprio, aplicável aos militares dos QP, RC e RV dos três ramos das FFAA, aprovado pelo DL n.º 296/2009, de 14 de outubro, entretanto alterado pelo DL n.º 142/2015, de 31 de julho.

Contando com um estatuto e um regime remuneratório próprios, enquanto carreira especial, a carreira militar encontra-se excluída do âmbito de aplicação da LTFP. No entanto, como noutras carreiras especiais, não deixa de ter de observar e respeitar alguns dos princípios aplicáveis ao vínculo de emprego público, constantes dessa lei, entre os quais se conta a matéria de remunerações, nomeadamente, quanto ao direito e às componentes da remuneração e sobre as condições de atribuição de suplementos remuneratórios.





Com efeito, o n.º 2 do art.º 2.º da LTFP estabelece que a referida lei não é aplicável aos militares das FFAA e a outras carreiras especiais, sem prejuízo do definido pelo art.º 8.º quanto ao vínculo de nomeação para as missões genéricas e específicas das FFAA em quadros permanentes. Trata-se de princípios aplicáveis ao vínculo de emprego público quanto: à continuidade do exercício de funções públicas, previsto no artigo 11º; quanto às garantias de imparcialidade, previsto nos artigos 19º a 24º; quanto ao planeamento e gestão de recursos humanos, previsto nos artigos 28º a 31º; quanto ao procedimento concursal, previsto no artigo 33º; quanto à organização das carreiras, previsto no nº 1 do artigo 79º, nos artigos 80º, 84º e 85º e no nº 1 do artigo 87º; e quanto aos princípios gerais em matéria de remunerações, previstos nos artigos 145º a 147º, nos nºs 1 e 2 do artigo 149º, no nº 1 do artigo 150º, e nos artigos 154º, 159º e 169º a 175º.

Em matéria de remunerações, são aplicáveis os princípios gerais previstos nos artigos 145º a 147º, nos nºs 1 e 2 do artigo 149º, no nº 1 do artigo 150º, e nos artigos 154º, 159º e 169º a 175º, que se traduzem, designadamente, na definição das componentes da remuneração e respetivos conceitos, na existência de uma tabela única, na fixação das condições de atribuição de suplementos remuneratórios e na enumeração e definição dos respetivos descontos.

## **1.2. A Aplicabilidade dos Critérios Definidos para a Tabela Única de Suplementos.**

A TRU é aplicável aos militares, nos termos estabelecidos pelo art.º 147.º da LTFP, por via da remissão do n.º 2 do art.º 2.º da mesma lei.

O que, desde logo, nos permite obter uma primeira conclusão, no sentido de que todos os suplementos a auferir por militares, sejam suplementos transversais a toda a administração, ou os específicos da carreira militar, não poderem deixar de ser justificados pelo exercício de funções em postos de trabalho que apresentam condições mais exigentes relativamente a outros postos de trabalho caracterizados por idêntico cargo ou por idênticas carreira e categoria. Devendo, por isso, referir-se ao exercício de funções nos postos de trabalho e só sendo devidos a quem os ocupe, sob condições de trabalho exigentes, de forma anormal e transitória ou de forma permanente, mas apenas enquanto perdurem as condições de trabalho que determinaram a sua atribuição e haja exercício de funções efetivo ou como tal considerado em lei. Devendo, ainda, ser fixados por lei, em montantes pecuniários, e só



excecionalmente em percentagem da remuneração base mensal, não sendo atualizados, em regra, com a progressão na carreira.

O DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro, veio concretizar as condições de atribuição de suplementos remuneratórios aos trabalhadores abrangidos pela LTFP e as regras comuns de gestão e manutenção desta componente remuneratória, sobre as quais inferimos uma segunda conclusão, no sentido de também não se poder deixar de considerar a submissão dos suplementos militares a essas regras, atendendo à aplicabilidade aos militares, entre outros, do art.º 159.º da LTFP, sobre as condições de atribuição dos suplementos remuneratórios.

Sendo, por isso, de considerar que, de acordo com o n.º 1 do art.º 2.º do DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro, a atribuição de suplementos também só é devida quando as condições específicas ou mais exigentes não tenham sido consideradas, expressamente, na fixação da remuneração base da carreira ou cargo, e enquanto perdurem as condições de trabalho que determinaram a sua atribuição e haja exercício de funções efetivo ou como tal considerado em lei.

No n.º 2 e n.º 3 do mesmo artigo encontram-se previstos os fundamentos para a atribuição de suplementos remuneratório, respetivamente, de carácter permanente e a título transitório, os quais se encontram descritos nas Tabelas em Anexo C e D. No art.º 4.º do diploma, o legislador estabeleceu que o valor dos suplementos deve considerar o conjunto das obrigações ou condições específicas identificadas para o posto de trabalho, salvo os elementos ocasionais ou não permanentes.

Mas no art.º 7.º acaba por admitir a possível existência de suplementos que pela sua especificidade não se incluam no âmbito do art.º 2.º, relativamente aos quais possa ser tomada a decisão de refletir o montante em causa em remuneração de natureza diferente, que exija a revisão dos fundamentos, atos ou diplomas que os originaram.

Pela caracterização dos suplementos e gratificações militares por serviços e condições específicas, feita adiante, no ponto 2.2 do presente trabalho, não incluindo o Suplemento de Condição Militar (SCM), atenta a especificidade, constata-se que a atribuição destes é justificada por condições específicas ou mais exigentes, não consideradas, expressamente, na fixação da remuneração base da carreira. O que justifica que os mesmos possam continuar a ser atribuídos, conforme o art.º 2.º do DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro. E constata-se, além disso, que o elenco de fundamentos de atribuição de suplemento com carácter permanente, previstos pelo n.º 2 do preceito, mesmo considerando a referência genérica a



condições de insalubridade, climatéricas e ambientais da alínea f), fica aquém do elenco de fundamentos específicos dos suplementos militares, onde esses fundamentos se encontram caracterizados com pormenores que não constam do n.º 2 do art.º 2.º.

Entendemos, por isso, que a exclusão dos suplementos específicos dos militares do âmbito de aplicação do DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro, conforme o seu art.º 7.º, se mostra admissível, caso o legislador assim o queira e entenda justificar-se, no sentido da melhor prossecução do interesse público.

### 1.3. **Análise Conclusiva**

Em vista da QI1, ao procurar perceber de que forma o diploma que estabelece as condições definidas para a TUS é aplicável aos militares das FFAA, podemos afirmar que embora a carreira militar seja uma carreira especial, não abrangida pelo âmbito de aplicação da LTFP, mesmo assim a legislação específica da carreira não deixa de ter que respeitar alguns dos princípios fundamentais do vínculo de emprego público, designadamente quanto ao direito e às componentes da remuneração, onde se incluem as condições de atribuição dos suplementos remuneratórios. Por isso mesmo, os princípios estabelecidos para a TRU também são aplicáveis aos militares, nos termos estabelecidos pelo art.º 147.º da LTFP, por via da remissão do n.º 2 do art.º 2.º do mesmo diploma.

As condições de atribuição de suplementos remuneratórios e as regras comuns de gestão e manutenção desta componente remuneratória, estabelecidas pelo DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro, não podem deixar de ser consideradas extensíveis aos suplementos militares, por via do art.º 159.º da LTFP.

O que, em nosso entender, não obsta à aprovação de um regime especial, caso o legislador entenda que as razões de atribuição de suplementos militares se encontram além do previsto no elenco do n.º 2 e 3 do art.º 2.º do diploma, tomando a decisão, prevista no art.º 7.º, de refletir o montante em causa em remuneração de natureza diferente.

Validando-se a H1, uma vez que as condições definidas para a TUS são aplicáveis aos militares das FFAA.



## **2. Análise Caracterizadora do Atual Regime dos Suplementos Remuneratórios Específicos da Carreira Militar.**

Na sequência da caracterização geral dos sistemas remuneratórios, elaborada pela DGAEP, após a informação reportada nos termos da Lei n.º 59/2013, de 23 de agosto, foi elaborado o estudo, a que nos referimos anteriormente, determinado pelo Memorando n.º 003/CEMGFA/2014, de 24 de janeiro, sobre os suplementos remuneratórios, concretamente, auferidos nas FFAA, com a intenção de uma proposta de revisão dos suplementos específicos das FFAA. Nesse estudo foi considerada a existência de dez suplementos específicos das FFAA, sobre os quais nos debruçaremos, por atendermos ao mesmo critério, da especificidade do fundamento de atribuição, mas considerando outros dois, o suplemento de embarque e o suplemento de missão. Fora do presente estudo ficarão os suplementos que, embora possam ser auferidos por militares, apresentam um caráter transversal a toda a FP.

Sob esse critério, no presente trabalho atenderemos ao Suplemento de Condição Militar (SCM), Suplemento de Serviço Aéreo (SSA); Suplemento de Serviço Aerotransportado (SSA); Gratificação de Serviço de Imersão (GSI); Gratificação de Serviço de Mergulho (GSM); Gratificação de Câmara Hipobárica (GCI); Gratificação de Serviço Aéreo (GSA); Prémio por Inativação de Engenhos Explosivos (PIEE); a Gratificação de Serviço Hidrográfico (GSH); e Subsídio de Trabalhos de Campo (STC); Suplemento de Embarque (SE); e Suplemento de Missão (SM).

Partindo da caracterização expressa em Anexo A e B sobre a base legal, critério de atribuição e fundamentos, assim como a fórmula de cálculo e a relevância remuneratória atualmente previstos para a atribuição de cada um dos referidos suplementos, procuraremos a comparação com os requisitos de atribuição e fundamentos assumidos para a TUS, em Anexo C e D, segundo uma perspetiva eminentemente jurídica, de modo a aferir a possibilidade de inclusão na TUS, expressa em Anexo E.

### **2.1. O Suplemento de Condição Militar (SCM)**

Atualmente o SCM é regulado nos termos conjugados da remissão feita pelo art.º 10º do Regime Remuneratório aprovado DL n.º 296/2009, de 14 de outubro, para o DL n.º 50/2009, de 27 de fevereiro. É um suplemento exclusivo dos militares e universal a todos



eles, cuja atribuição é justificada pelo regime especial de prestação de trabalho, na permanente disponibilidade e nos ónus e restrições específicos da condição militar.<sup>1</sup>

Este suplemento tem a sua origem no DL n.º 190/88, de 28 de maio, onde, desde logo, o legislador fez questão de referir que tal “ *se trata de um complemento remuneratório inerente à própria condição de militar, e não de uma remuneração de carácter acessório*”. Entretanto, no preâmbulo do diploma de 2009 o legislador refere “*a particularidade do serviço militar, de que fazem parte sacrifícios, renúncias e exigências especiais que são unicamente colocadas aos militares, e as correlativas contrapartidas, implica o reconhecimento da sua especificidade face aos demais trabalhadores da Administração Pública*” e, por isso, no art.º 7.º do diploma, estabelece “*com fundamento no regime especial de prestação de trabalho, na permanente disponibilidade e nos ónus e restrições específicos da condição militar, é atribuído aos militares um suplemento, designado por suplemento de condição militar*”. Mantendo-se afastado o contexto meramente funcional, o SCM é devido em razão daquilo que é comum a todos os militares, independentemente das funções que desempenham ou das situações em que se encontram.

Segundo o n.º 3 do art.º 7.º do DL n.º 50/2009, de 27 de fevereiro, o SCM é atribuído por inteiro, numa prestação mensal única, com base numa componente fixa, acrescida de uma componente variável, sobre a remuneração base. Releva para o cálculo dos subsídios de férias e de Natal, bem como para o cálculo da remuneração de reserva e pensão de reforma, assumindo características de remuneração principal, para esses efeitos. Sobre ele incidem os descontos para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) ou para a Segurança Social (SS), assim como o desconto para a Assistência na Doença aos Militares (ADM).

Este suplemento tem um carácter permanente, de aplicação universal a todos os militares. As razões da sua atribuição encontram-se legalmente assentes no regime especial

---

<sup>1</sup> Efetivamente, a carreira militar é uma das carreiras especiais da Função Pública e a especificidade da prestação de serviço militar, acarreta exigência próprias, distintas da carreira do regime geral e de outras carreiras especiais, às quais os militares se encontram vinculados, nos termos da Constituição da República Portuguesa (CRP) e da Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (LBGECM).

A condição militar, só por si, implica restrições ao exercício dos direitos previstos no art.º 270.º da CRP, assim como o cumprimento de deveres específicos. Os militares encontram-se disciplinarmente vinculados ao dever geral de, em todas as circunstâncias, pautarem o seu procedimento pelos princípios da ética e da honra, conformando os seus atos pela obrigação de guardar e fazer guardar a Constituição e a lei, pela sujeição à condição militar e pela obrigação de assegurar a dignidade e o prestígio das FFAA, aceitando, se necessário com sacrifício da própria vida, os riscos decorrentes das suas missões de serviço. O próprio elenco de deveres especiais também é distinto vai além do que é exigível aos trabalhadores do regime geral, e.g. enquanto estes se encontram sujeitos vinculados ao dever de assiduidade e pontualidade, os militares encontram-se sujeitos à permanente disponibilidade. Especificidades de uma forma de prestação de serviço, mais exigente, que, por isso, justificam a distinção, pela atribuição do SCM.



de prestação de trabalho militar, na permanente disponibilidade e nas restrições de direitos decorrente da condição militar. A sua atribuição não se encontra legalmente dependente do exercício efetivo de funções no posto, nem da efetividade de serviço, mas antes nessas duas razões, que são distintas das do elenco de requisitos de atribuição estabelecidos para a TUS.

No estudo elaborado pelo EMGFA, que aqui tomámos por referência, é entendido que caso o SCM passe a ser tratado segundo as regras dos restantes suplementos da AP isso acarretará uma potencial descaracterização da instituição militar, aproximando-a da AP.

Assim parece ser. Não obstante as diferenças estruturais, de número de postos e formas de progressão, a simples comparação entre os índices salariais da carreira militar e os da TRU permite-nos concluir que um eventual corte do pagamento, permanente e universal do SCM, reduziria a distinção positiva de que a carreira militar sempre beneficiou face ao regime geral. Afastando-a, ao mesmo tempo, dos índices remuneratórios de outras carreiras especiais, onde, também por razões das especificidades de cada uma dessas carreiras, o legislador entendeu deverem ser carreiras mais bem remuneradas, com uma distinção positiva face à remuneração base do regime geral.<sup>2</sup>

O certo é certo que, caso a previsão legal do SCM se mantenha nos atuais moldes, enquanto pagamento permanente e universal referido à carreira, este não se adequará ao conceito de suplemento remuneratório nos termos estabelecidos pelo DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro, por não se encontrar dependente da duração de determinadas condições de trabalho ou do efetivo exercício de funções.

## **2.2. Os Suplementos e Gratificações Militares por Serviços ou Condições Específicas.**

Além do SCM, entre o elenco de suplementos específicos da carreira militar conta-se o Suplemento de Serviço Aéreo (SSA), o Suplemento de Serviço Aerotransportado (SSAT), a Gratificação de Serviço Aéreo (GSA), o Suplemento de Serviço de Imersão (SSI), o Suplemento de Mergulho (SSM), a Gratificação de Câmara Hipobárica (GCH), o Prémio por Inativação de Explosivos (PIE), a Gratificação de Serviço Hidrográfico (GSH), o Subsídio de Trabalhos de Campo (STC), bem como o Suplemento de Embarque (SE) e o Suplemento de Missão (SM), todos eles auferidos, em cumulação com o primeiro, pelos

---

<sup>2</sup> Sem a oportunidade da descrição de uma comparação exaustiva de cada uma das carreiras especiais existentes na FP, umas mais próximas, do que outras, quanto às especificidades da prestação do serviço militar, referimo-nos à comparação de índices remuneratórios de carreira ligadas à segurança, carreiras de investigação e carreiras de inspeção.



militares que prestam determinados serviços específicos, em função da sua especialidade ou condições do serviço. Suplementos e Gratificações, cuja referência legal, razão de atribuição, forma de cálculo e relevância remuneratória se encontram descritas nos Anexos A e B.

Sucintamente, refira-se que o SSA, regulado pelo DL n.º 258/90, de 16 de agosto, com as alterações entretanto introduzidas pelo DL n.º 292/99, de 3 de agosto e Portarias n.º 734-A/90, de 24 de agosto, n.º 189/93, de 16 de agosto e n.º 119/97, de 21 de fevereiro, visa a compensação do pessoal navegante, permanente e temporário<sup>3</sup>, pela situação particular de esforço, penosidade, risco acrescido e desgaste, a que estes militares são sujeitos, atendendo ao conjunto de capacidades de resistência física e psíquica, às agressões inerentes a violentas descompressões, acelerações e ruídos, que provocam, para além de um processo de desgaste contínuo, o envelhecimento focal sistemático. É uma prestação mensal, depende do cumprimento do programa de treino mínimo de voo<sup>4</sup>.

A GSA, prevista pelo DL n.º 473/77, de 12 de novembro, é abonada ao pessoal navegante eventual, nomeado para a execução de certas tarefas a bordo das aeronaves em voo e não cometidas estritamente aos membros da tripulação, e visa compensar a situação particular de esforço, penosidade, risco acrescido e desgaste, a que estes militares são sujeitos no desempenho da sua missão.

O SSAT, previsto pelo DL n.º 180/94, de 29 de junho, é pago aos militares que tenham a qualificação de aerotransportado ou se encontrem em formação para a obtenção daquela qualificação, e se encontrem a desempenhar essas funções, em razão das peculiares condições de exigência, penosidade, risco acrescido e desgaste, inerentes à execução de saltos em paraquedas, preparação e treino intenso, e à prontidão operacional exigida aos militares com a qualificação de aerotransportado, face ao comum dos militares.

A GSI, prevista pelo DL n.º 253-A/79, de 27 de junho, é atribuída ao pessoal militar que preste serviço de imersão, com a especialização de submarinistas ou que frequentem os respetivos cursos de especialização e se encontrem colocados na esquadilha de submarinos

---

<sup>3</sup> Nos termos da legislação própria, pessoal navegante é todo o pessoal que presta serviço aéreo, compreendendo: Pessoal Navegante Permanente – Pessoal cujo exercício da sua especialidade tem fundamentalmente lugar através do desempenho do Serviço Aéreo, compreendendo as especialidades de Piloto Aviador, Piloto e Navegador; Pessoal Navegante Temporário – Pessoal de especialidades que não Piloto Aviador, Piloto e Navegador, que é nomeado para membro efetivo de tripulações, por um período não inferior a seis meses, com funções perfeitamente definidas de acordo com o tipo de aeronave e o tipo de missão, compreendendo as funções listadas nos Conceitos de Operações dos Sistemas de Armas; Pessoal Navegante Eventual – Todo o pessoal nomeado para certas tarefas a bordo das aeronaves em voo e não cometidas estritamente aos membros da tripulação

<sup>4</sup> O programa de treino mínimo de voo é previsto pelo DL n.º 42.511, de 23 de janeiro de 1958, DL n.º 42.428, de 4 de agosto de 1959, e DL n.º 45.149, de 22 de julho.





ou que façam parte das respetivas lotações dos submarinos. É justificado pelas particulares condições de risco, perigosidade, insalubridade e desgaste físico, decorrentes do isolamento prolongado em espaço confinado, das agressões inerentes a compressões e descompressões rápidas, da respiração de misturas gasosas sob pressão e do contato com elementos tóxicos e fortemente poluentes, a que estão sujeitos no exercício das respetivas funções.

A GSM, prevista pelo DL n.º 45256/63, de 21 de setembro, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 253-A/79, de 27 de junho e DL n.º 47/89, de 22 de fevereiro, é atribuída aos militares especializados em mergulho e justificada pelas particulares condições de risco, perigosidade, insalubridade e desgaste, inerentes a compressões e descompressões rápidas, respiração de misturas gasosas sob pressão e do contacto com elementos fortemente poluentes, a que estão sujeitos no exercício das respetivas funções.

A GOCH, regulada pelo DL n.º 276/84, de 10 de agosto, é atribuída aos operadores de câmara hipobárica que executam, também, missões operacionais a bordo de aeronaves para dar apoio fisiológico aos paraquedistas, fazendo, ainda, a avaliação dos fatores fisiológicos do pessoal navegante na sua atividade aérea. É justificado pelas condições especiais de penosidade, risco e tensão psicológica, em que os militares exercem a sua função, sujeitando-se a exposições prolongadas em ambientes rarefeitos e a variações bruscas de pressão, que podem causar situações graves de acidente fisiológico, o que conduz a desgaste e envelhecimento precoces, e incapacidade para o exercício da função antes de atingido o limite de idade fixado na lei.

O PIEE, é estabelecido nos termos do DL n.º 253-A/79, de 27 de junho, sendo atribuído ao pessoal qualificado em inativação de engenhos explosivos que intervenha em ações com excecional grau de risco, A inativação de engenhos explosivos é uma atividade em que os militares estão sujeitos a condições especiais de penosidade, risco extremamente elevado e tensão psicológica, podendo em última instância resultar na perda da própria vida do inativador.

A GSH, regulada pelo DL n.º 30249/39, de 30 de dezembro, alterado pelo DL n.º 40872/56 de 23 de novembro, é um suplemento remuneratório atribuível ao pessoal militar que realize trabalho hidrográfico efetivo no mar ou de campo, pessoal dos navios hidrográficos e pessoal das brigadas hidrográficas em missão.

O STC, previsto pelo DL n.º 21904/32, de 24 de novembro, é atribuído aos militares do Instituto Geográfico do Exército, durante a execução de trabalhos de campo e encontra a





sua justificação numa gratificação equivalente que é atribuída por serviços idênticos ao pessoal do atual Instituto Geográfico Português.

O SE, regulado pelo DL n.º 169/94, de 14 de junho, é atribuído aos militares que embarquem ou prestem serviço em navios da Armada, e aos militares da Armada nomeados para prestarem serviço nos navios do Estado Português ou por ele afretados, tendo a natureza de ajuda de custo. É justificado pelo acréscimo de condições especiais de dureza, o afastamento da família e do normal ambiente de inserção social por períodos com duração por vezes significativa, fator gerador de pressões de natureza emocional e psicológica.

Por fim, o SM, previsto pelo DL n.º 233/96, de 7 de dezembro, com as alterações do DL n.º 348/99, de 27 de agosto e DL n.º 299/2003, de 4 de dezembro, é atribuído aos militares que participam em missões humanitárias e de paz, com a natureza de ajuda de custo, que exclui o direito a perceber ajudas de custo previstas para deslocações ao e no estrangeiro.

### **2.3. Análise Conclusiva**

Procurando a resposta à QI2, de modo a perceber de que forma os atuais critérios de atribuição dos suplementos em vigor nas FFAA se coadunam com os novos requisitos estabelecidos para a TUS, pela análise do quadro legal atualmente em vigor, relativamente aos fundamentos da atribuição e à base do cálculo para o inerente pagamento de cada um dos suplementos considerados, constata-se que, à exceção do SCM, os restantes suplementos analisados enquadram-se na definição de suplementos remuneratórios constante na LTFP.

O SCM não se inclui nesta definição por não estar dependente do efetivo exercício de funções, antes dependendo da natureza própria de condição militar e, por isso mesmo, os seus fundamentos irem além do fundamento da disponibilidade permanente, considerada na TUS.

O regime dos restantes suplementos considerados compreende os requisitos gerais de atribuição definidos pelo art.º 149.º da LTFP e acolhidos pelo DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro, para a TUS, por terem em vista o ressarcimento de condições específicas e mais exigentes, que se encontram expressas pelo legislador, e não foram consideradas para a atribuição da remuneração base, também dependendo do efetivo exercício de funções ou como tal considerado na lei.

No que se refere aos fundamentos, todos eles se inserem no grupo dos suplementos remuneratórios atribuídos em função de particulares condições de exigência, insalubridade, penosidade, risco acrescido e desgaste. Muito embora se possa concluir que cada um deles



tem fundamentos específicos, que vão além da definição da LTFP. De salientar que os mencionados suplementos também só são devidos enquanto perdurem as condições de trabalho que determinam a sua atribuição.

No entanto, nem o SCM nem os restantes suplementos militares, cumprem os restantes requisitos da TUS, por não se encontrarem fixados em montantes pecuniários, mas em percentagem sobre remunerações de referência.

Pelo que relativamente à H2, sobre se os atuais critérios de atribuição dos suplementos em vigor nas FFAA permitem cumprir os requisitos estabelecidos para a TUS, podemos afirmar que o regime atualmente em vigor não cumpre os requisitos da TUS na sua totalidade, pela falta de correspondência quanto ao determinado sobre a forma de cálculo. Apenas cumprem os requisitos dos fundamentos de atribuição, mas sendo definidos com um maior grau de exigência e especificidade. Pelo que não se valida a nossa H2.

Procurando responder à QI3, no sentido de saber se entre o elenco de suplementos atualmente atribuídos aos militares existem suplementos que não possam ser incluídos na TUS, constata-se que apenas o SCM se incluirá nesse universo, por estar associado a uma condição estatutária, não relacionado com o efetivo exercício de funções. Validando-se a H3, quanto a existirem suplementos militares que não devem ser incluídos na TUS.



### **3. Aferição da possível Adequabilidade à Tabela Única de Suplementos.**

#### **3.1. Quanto ao Suplemento de Condição Militar**

Teoricamente, uma eventual alteração do critério de atribuição do SCM, em função do exercício de funções no posto de trabalho, em vez da condição estatutária de quem o exerce, como até agora, poderia vir a permitir a adequação à TUS.

Nesse caso, não se trataria apenas da alteração das regras de atribuição, mas antes de uma profunda alteração de paradigma, quanto à natureza jurídica da figura até agora instituída.

Considerando o estabelecido pelo art.º 2.º do DL n.º 25/2015 de 6 de fevereiro, entende-se que a eventual adequação do SCM obrigaria, pelo menos, a que o conteúdo funcional de cada um dos cargos militares passasse a estabelecer expressamente a necessidade de plena disponibilidade, ou outra condição de trabalho justificativa da atribuição. Mesmo assim, não ficaria acautelado o facto de existirem tarefas militares que vão além do exercício do cargo, antes dependendo das necessidades de serviço, estabelecidas em função de escala, por posto<sup>5</sup> e, por isso, associadas à carreira, como acontece com a disponibilidade. Também não seria possível manter a atual justificação de atribuição do SCM pelas restrições de direitos constitucionalmente impostas, por essa não ser uma das razões previstas pelo art.º 2.º do diploma. No fundo, estão em causa características de trabalho decorrentes da carreira, não associáveis a determinadas condições de trabalho, em determinado cargo.

Na análise do estudo do EMGFA, a que nos temos referido ao longo do presente trabalho, constata-se a proposta de três modalidades de simplificação ou revisão dos suplementos militares, que no que concerne ao SCM considera uma primeira possibilidade de aglutinação do SCM na remuneração base, uma segunda possibilidade de manutenção da natureza jurídica do SCM enquanto suplemento, pago nos atuais valores, e uma terceira proposta em que considera a possibilidade de manutenção do SCM enquanto suplemento, mas com valores diferentes, variáveis em função do trabalho desempenhado. Ponderadas as vantagens e desvantagens de cada uma das três possibilidades, no referido estudo admite-se que a integração do SCM é a solução que se encontra em linha com a opção governamental de recondução dos suplementos à remuneração base, nos casos em que a devam integrar,

---

<sup>5</sup> É o caso do desempenho de serviços de dia à unidades, que exigem o desempenho durante 24 horas, sem qualquer retribuição adicional, ou outras tarefas de nomeação por escalas de antiguidade.



embora se considere que isso representará um aumento da remuneração base, dificilmente compreendido pela opinião pública. Sobre a segunda proposta de modalidade de ação é salientada a questão dos possíveis cortes no caso das pensões de reserva e a não efetividade de serviço. Sobre a terceira modalidade salienta-se a adequação ao regime de suplementos da TUS, mas a descaraterização remuneratória da condição militar, por existirem diferentes condições militares em termos de insalubridade, penosidade, risco e desgaste, também sendo dito que esta não é uma solução que efetivamente se encontre em linha com a opção governamental de recondução dos suplementos à remuneração base.

Numa perspetiva eminentemente jurídica, sem a ponderação de fatores de aceitação social das possíveis opções políticas, cremos que é importante considerar que a razão de atribuição do SCM não se reduz à questão da exigência do trabalho militar, em termos de disponibilidade ou de condições de insalubridade, penosidade, risco ou desgaste, pois essas são razões que também são consideradas pela TUS.

A atribuição do SCM também se mostra justificada pelas restrições ao exercício de direitos, constitucionalmente impostas à condição militar, e essa é uma condição a que todos os militares são sujeitos, mesmo quando se encontram fora da efetividade de serviço, ou mesmo na reserva. Tal restrição só deixa de acontecer nos casos de concessão de licença para cargos eletivos, permitida pela Lei de Defesa Nacional (LDN).

De modo que, ponderando os argumentos de vantagens e desvantagens de cada uma das opções e atendendo à natureza jurídica da remuneração base e do suplemento remuneratório, de um ponto de vista estritamente jurídico, não pode deixar de defender-se a necessidade de integração do SCM na remuneração base. Esta posição, pela qual nos distanciamos da proposta apresentada pelo estudo do EMGFA, que defende a adoção da segunda modalidade de ação, sobre a manutenção do SCM enquanto suplemento, através do pagamento de um valor fixo em euros, não deixa, de ser uma opinião formulada à luz das regras sistemáticas de interpretação jurídica, admitindo-se que outras soluções possam existir, mas sob critérios de ponderação política ou económica.

### **3.2. Quanto aos Suplementos e Gratificações Militares por Serviços ou Condições Específicas**

O facto de a TUS admitir a atribuição de suplementos com base em insalubridade e degradação do estado de saúde, à partida, permitir-nos-ia dizer que tais suplementos até



poderiam ser integrados na TUS. O que permitiria a pretendida uniformização de condições de atribuição e, eventualmente, de valores.

A questão que nos parece que não pode deixar de ser colocada perante a possível uniformização é a de que importa perceber se os riscos que o legislador sempre caracterizou quanto ao pessoal militar se mostram, ou não, equiparáveis ao risco caracterizado para a FP. Não sendo equiparáveis, como admitido até agora, justificar-se-ão diferentes fundamentos e diferentes valores, numa tabela específica, ou por diploma específico que remeta para a TUS, acautelando as diferenças.

Pela nossa parte, arriscamos-mos a dizer que, quando a propósito de determinados suplementos específicos da carreira militar, o legislador considera fatores como a *“capacidade de resistência física e psíquica”*, *“graves situações de acidente fisiológico”*, *“desgaste e envelhecimento precoce”* ou a possibilidade de *“perda da própria vida”*, admite a existência de um especificada das condições de penosidade e risco militares<sup>6</sup>. Situações que, pela sua particularidade, vão além das condições genericamente consideradas pelo n.º 2 do art.º 2.º do DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro.

No estudo de referência encara-se a hipótese de criação de um único suplemento remuneratório, que enquadre toda a atual tipologia de suplementos, no mesmo diploma, acautelando as respetivas condições de atribuição, montantes, e outras particularidades. É nossa opinião que, independentemente da escolha entre a constituição de um único suplemento, que acautele especificações quanto a determinadas funções e riscos, ou da manutenção de um elenco diversificado de suplementos no mesmo diploma, o importante é que o quadro legal seja revisto e atualizado, no sentido da coerência.

Importa também referir que quanto à relevância para efeitos de reserva e reforma dos diversos suplementos esta só poderá acontecer mediante previsão expressa, uma vez que os suplementos da TUS não têm essa relevância, porque nada se prevê sobre a questão.

A uniformização relativamente à TUS também exigirá a previsão do suplemento segundo um montante pecuniário expresso e não por percentagem da remuneração base.

Pela nossa parte, entendemos que a simples integração na TUS dificultará a manutenção de quaisquer especificidades pela condição militar, se for essa a intenção política. A criação de uma TUS específica da carreira militar, ou pelo menos de um diploma específico que remeta para a TUS, é uma solução que acabará por ir ao encontro da solução

---

<sup>6</sup> Por exemplo, nos diplomas que aprovam a GSI e o GOGH o legislador refere-se a *“particulares condições de risco”* ou *“especiais condições de risco”*, ou a propósito do SE considera o *“acréscimo de condições especiais de dureza”*.



preconizada pelo DL n.º 296/2009, de 14 de outubro. Sendo essa a solução que se considera a adequada.

### 3.3. Análise Conclusiva

Relativamente à QI4, sobre o modo como poderá ser regulado o regime de suplementos militares., pelo preâmbulo do DL n.º 296/2009 de 14 de outubro, após a aprovação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, compreende-se que o legislador optou pela manutenção de um regime remuneratório próprio da carreira militar, procurando a harmonização com o princípios do regime geral de remunerações dos trabalhadores em funções pública, as bases gerais do estatuto da condição, estabelecidas pela Lei n.º 11/89, de 1 de junho, e as especificidades decorrentes da organização, competências e funcionamento das FFAA, aprovando uma tabela remuneratória específica da carreira militar.

Sobretudo por uma razão de coerência, não fará sentido que o mesmo pressuposto não seja considerado relativamente aos suplementos que se revelem específicos da carreira militar, por terem em vista o ressarcimento de condições de trabalho que sejam específicas da carreira. E o próprio legislador assim o admite no art.º 7.º do DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro, ao considerar a possível existência de suplementos específicos.

Mas, para isso, importará que o próprio legislador continue a regular de forma expressa as razões que entende justificarem a atribuição de cada um dos suplementos auferidos por militares, de modo a perceber a distinção, ou se estas se mostram ou não reconduzíveis às razões que justificam a atribuição de suplementos na FP. Até porque pela consulta da lista de suplementos publicada após o levantamento feito pela DGAEP resulta evidente a existência de outros suplementos idênticos ao da carreira militar, como é, designadamente, o caso dos suplementos de embarque e de mergulho, processados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), nos termos do DL n.º 94/97, de 23 de abril, ou do subsídio de campo, processado pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP (LNEG), nos termos do DL n.º 108/83, de 11 de outubro, entre outros.

Parece-nos que só se justificará uma regulação distinta sobre aquilo que realmente for distintivo da carreira. Nada obstando à aplicação subsidiária do regime geral quanto aos suplementos que não sendo específicos da carreira militar também devam ser atribuídos a militares, de um modo transversal.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Será o caso de suplementos que visem ressarcir despesas de deslocação, de residência ou de representação, ou outros.



E para isso não importará apenas ter em conta o tipo de risco ou penosidade da tarefa, porque essa condição também poderá ocorrer noutras carreiras, como se depreende da atribuição de suplementos por razões de embarque ou de mergulho noutros ministérios, ou pelo próprio elenco de fundamentos estabelecidos pelo DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro. Importará, sobretudo, o grau e a frequência do risco e da penosidade, se isso for entendido pelo legislador, como distintivo da carreira militar, face às demais. O que em nossa opinião acontece, mas merece uma melhor densificação.

Na mencionada caracterização geral dos sistemas remuneratórios, elaborada pela DGAEP, é salientado que a criação da TUS deverá assentar na simplificação do catálogo de de necessidades. É proposta a revisão pormenorizada dos fundamentos de cada suplemento e a revisão dos respetivos valores, para a criação de *standards* transversais a carreiras, entidades e ministérios, que permita a limitação do número de suplementos, a fusão de suplementos com fundamento similar e a eliminação daqueles que tenham um reduzido número de beneficiários. É mencionada a necessidade de atribuição de suplementos baseada no exercício de funções. Propondo-se que, por regra, os suplementos sejam convertidos em montante fixo de suplementos pagos em percentagem da remuneração base e que a atribuição de suplementos ocorra estritamente durante o período de exercício das funções a que respeitam, salientando-se a necessidade de criação de limites temporais, cláusulas de repetição e condições de recurso para alguns suplementos. Também se referindo à incorporação na remuneração base dos suplementos pagos com base em “condição”. Além disso, é referida a necessidade de melhoria da gestão de cobertura de riscos, pela utilização de instrumentos de cobertura de risco, que acomode possíveis obrigações que hoje são afetas por suplementos, se for o caso, por transferência para o empregador público de alguns riscos hoje afetos aos trabalhadores, através dos suplementos.

De modo que, a nossa H4, sobre se será adequado manter o atual regime de suplementos militares, só poderá ser parcialmente validada. Admite-se a possibilidade legal de uma tabela de suplementos específica da carreira militar, ou de um diploma específico que remeta para a TUS, com fundamentos e valores distintos da tabela do regime geral, mas só naquilo que o legislador admita como realmente específico da carreira, não só quanto ao tipo do risco ou insalubridade da tarefa, mas quanto à intensidade e ao seu grau ou frequência.

O SCM deverá passar a integrar a remuneração base por assumir todas as características dessa componente remuneratória.



É importante que o legislador especifique a relevância dos suplementos que entenda como específicos da carreira militar quanto à possível relevância para o cálculo da pensão de reserva, sendo esta uma especificidade que não é considerada no âmbito da TUS. Na carreira militar existem especializações que exigem a manutenção de qualificações, mesmo quando o militar não se encontra a desempenhar as tarefas específicas dessa especialização, como acontece no caso dos pilotos, submarinistas ou mergulhadores, entre outros. Também se verifica a necessidade de períodos de formação, ao longo dos quais se verificam os mesmos riscos e condições que justificam a atribuição de suplementos. Por isso, mostra-se importante a clarificação pelo legislador quanto aos requisitos de atribuição dos suplementos específicos dos militares, uma vez que segundo os princípios da TUS é exigível o exercício de funções efetivo, que colocará em causa a manutenção do pagamento de suplementos em determinadas condições.





## **Conclusões Finais**

Tomando como Objeto de Investigação (OI) os suplementos remuneratórios considerados específicos do exercício de funções militares aos militares das FFAA, foi assumido como Objetivo Central (OC) do presente trabalho, a avaliação da viabilidade de harmonização do regime dos suplementos remuneratórios dos militares das FFAA perante os princípios de atribuição definidos para a TUS, do qual decorrem dois Objetivos Específicos (OE): caracterizar o regime de suplementos das FFAA, com base nos fundamentos de atribuição estabelecidos pelo DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro; e apresentar contributos para a construção de um modelo que permita a harmonização de regimes.

Tendo em conta as orientações “Metodológicas Para a Elaboração de Trabalhos de Investigação” seguidas pelo Instituto Universitário Militar (IESM, 2014), mediante um raciocínio hipotético-dedutivo, foi colocada a Questão Central (QC) de saber qual a viabilidade do modelo de harmonização entre o regime de suplementos remuneratórios dos militares das FFAA, perante os princípios de atribuição definidos para a TUS, para a qual foi procurada a resposta ao longo de um percurso de investigação conduzido através de quadro questões de investigação derivadas.

Começou por se colocar a QI1 para perceber de que forma o diploma que estabelece as condições definidas para a TUS é aplicável aos suplementos auferidos pelos militares das FFAA. O que nos permitiu concluir que a LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que atualmente se encontra em vigor, de forma semelhante ao que já acontecia com a Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, continua a excluir os militares das FFAA do seu âmbito de aplicação, mas sem prejuízo de lhes serem aplicados determinados princípios aplicáveis ao vínculo de emprego público, entre os quais os princípios gerais em matéria de remunerações. Os quais se traduzem, designadamente, na definição das componentes da remuneração e respetivos conceitos, na existência de uma tabela única, na fixação das condições de atribuição de suplementos remuneratórios e na enumeração e definição dos respetivos descontos. O que nos permitiu validar a nossa H1, por as condições definidas na TUS se mostrarem aplicáveis aos militares das FFAA. Efetivamente, a TRU é aplicável aos militares, nos termos estabelecidos pelo art.º 147.º da LTFP, por via da remissão do n.º 2 do art.º 2.º da mesma lei.

Resposta que nos permitiu concluir que que todos os suplementos a auferir por militares, sejam suplementos transversais a toda a administração, ou os específicos da carreira militar, não poderão deixar de ser justificados pelo exercício de funções em postos



de trabalho que apresentam condições mais exigentes relativamente a outros postos de trabalho caracterizados por idêntico cargo ou por idênticas carreira e categoria. Devendo, por isso, referir-se ao exercício de funções nos postos de trabalho e só sendo devidos a quem os ocupe, sob condições de trabalho exigentes, de forma anormal e transitória ou de forma permanente, mas apenas enquanto perdurem as condições de trabalho que determinaram a sua atribuição e haja exercício de funções efetivo ou como tal considerado em lei. Devendo, ainda, ser fixados por lei, em montantes pecuniários, e só excecionalmente em percentagem da remuneração base mensal, não sendo atualizados, em regra, com a progressão na carreira.

Colocando-se, a QI2 para saber de que forma os atuais critérios de atribuição dos suplementos em vigor nas FFAA se coadunam com os novos requisitos da TUS, pôde concluir-se que, pela análise do quadro legal em vigor, quanto às razões de atribuição e base do cálculo para o pagamento de cada um dos suplementos considerados se constata que, à exceção do SCM, os restantes suplementos analisados se enquadram na definição de suplementos remuneratórios constantes da LTFP. O SCM não se inclui nesta definição por não estar dependente do efetivo exercício de funções, antes dependendo da natureza própria de condição militar e pelo facto dos seus fundamentos irem além do fundamento da disponibilidade permanente, também considerada na TUS. O regime dos restantes suplementos considerados compreende os requisitos gerais de atribuição definidos pelo art.º 149.º da LTFP e acolhidos pelo DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro, para a TUS, por terem em vista o ressarcimento de particulares condições de exigência, insalubridade, penosidade, risco acrescido e desgaste, não consideradas na remuneração base, e dependendo do efetivo exercício de funções ou como tal considerado na lei. Nem o SCM, nem os restantes suplementos militares se encontrarem fixados em montantes pecuniários, mas em percentagem sobre remunerações de referência. Razões que não nos permitem validar a H2 na sua totalidade, não se verificando que os atuais critérios de atribuição dos suplementos em vigor nas FFAA permitam cumprir os requisitos estabelecidos para a TUS, na sua totalidade.

Procurando responder à QI3, no sentido de saber se entre o elenco de suplementos atualmente atribuídos aos militares existem suplementos que não possam ser incluídos na TUS, constatou-se que apenas o SMC se incluirá nesse universo, por estar associado a uma condição estatutária, ou relacionado com o efetivo exercício de funções. Validando-se também a H3, quanto a existirem suplementos militares que não devem ser incluídos na TUS.



Sobre a QI4 quanto ao modo como será adequado manter o atual regime de suplementos militares, perante a qual foi colocada a H4, concluímos que o legislador optou pela manutenção de um regime remuneratório próprio da carreira militar, procurando a harmonização com os princípios do regime geral de remunerações dos trabalhadores em funções públicas. Por isso, e por uma questão de coerência, não fará sentido que o mesmo pressuposto não seja agora considerado relativamente aos suplementos que se revelem específicos da carreira militar, por terem em vista o ressarcimento de condições de trabalho que sejam específicas da carreira. O próprio legislador admite a existência de regimes de suplementos específicos. Mas, para tal, importará que se densifiquem as razões que justificam a atribuição de suplementos nas FFAA, por só se justificar uma regulação distinta sobre aquilo que realmente for distintivo da carreira. Não importará apenas ter em conta o tipo de risco ou penosidade da tarefa, porque essa condição também poderá ocorrer noutras carreiras, importará, sobretudo, o grau e a frequência do risco e da penosidade, se isso for entendido pelo legislador, como distintivo da carreira militar, face às demais.

Os suplementos devem ser convertidos em montante fixo e a sua atribuição só deve ocorrer estritamente durante o período de exercício das funções a que respeitam. O SCM deve ser incorporado na remuneração base, por ser um suplemento pago com base na condição e não no efetivo exercício de funções. E importa que legislador regule expressamente situações que são específicas do exercício, como os períodos de formação, a necessidade de manutenção de qualificações e a situação de reserva, uma vez que perante os princípios da TUS poderá colocar-se em causa a manutenção do pagamento de suplementos em determinadas condições.

Este percurso conduziu-nos a resposta afirmativa sobre a QC, da viabilidade do modelo de harmonização entre o regime de suplementos remuneratórios dos militares das FFAA, perante os princípios de atribuição definidos para a TUS.

Muito embora deva ser salientado que este é um estudo que se limitou à interpretação jurídica sobre o quadro legal em vigor, sem considerações de ordem gestionária ou de política orçamental. A delimitação do OE conduziu-nos ao estudo do quadro legal dos militares, naquilo que é específico da sua condição, não foi feito um estudo comparativo entre carreiras, embora se admita a importância de uma pesquisa futura, que permita a comparação entre as remunerações base e os suplementos das carreiras especiais.



## **Base Conceptual**

Remuneração Base - A remuneração base é o montante pecuniário correspondente ao nível remuneratório da posição remuneratória onde o trabalhador se encontra na categoria de que é titular ou do cargo exercido em comissão de serviço. É paga em 14 mensalidades, correspondendo uma delas ao subsídio de Natal e outra ao subsídio de férias, nos termos da lei. – art.º 150.º da LTFP

Suplementos Remuneratórios - Acréscimos remuneratórios devidos pelo exercício de funções em postos de trabalho que apresentam condições mais exigentes relativamente a outros postos de trabalho caracterizados por idêntico cargo ou por idênticas carreira e categoria. Estão referenciados ao exercício de funções nos postos de trabalho, sendo apenas devidos a quem os ocupe.- art.º 159.º LTFP



## Bibliografia

Finanças, Ministério das, Direção-geral da Administração e Emprego Público, 2013. *Caracterização Geral dos Sistemas Remuneratórios da Administração Pública, de acordo com a informação reportada nos termos da Lei n.º 59/2013, de 23 de agosto \_ Relatório Preliminar*, [https://educar.files.wordpress.com/2014/01/relatorio\\_sistema\\_remuneratorio\\_a\\_p.pdf](https://educar.files.wordpress.com/2014/01/relatorio_sistema_remuneratorio_a_p.pdf).

Finanças, Ministério das, Direção-geral da Administração e Emprego Público, Ministério, 2013. *Suplementos Remuneratórios \_ Compilação de Elementos Comunicados*, in [http://www.apit.pt/public/scaffold\\_documentos/DGAEPsuplementos\\_remuneratorios\\_compilacao\\_dos\\_elementos\\_comunicados.pdf](http://www.apit.pt/public/scaffold_documentos/DGAEPsuplementos_remuneratorios_compilacao_dos_elementos_comunicados.pdf).

LEGIX, Base de Dados Jurídica, in <https://www.legix.pt>.

Moura, Paulo Veiga, 2004. *A Privatização da Função Pública*. Coimbra Editora.

Moura, Paulo Veiga e Arrimar Cátia, 2010. *Os Novos Regimes de Vinculação de Carreiras e Remunerações dos Trabalhadores da Administração*, Coimbra Editora.

Moura, Paulo Veiga e Arrimar Cátia, 2014. *Comentários à Lei Geral do Trabalho e Funções Públicas*, Coimbra Editora.

Nunes, Cláudia Sofia Henriques, 2014. *O Contrato de Trabalho em Funções Públicas Face à Lei Geral do Trabalho*, Coimbra Editora.

Pires, Manuel Lucas, 2013. *Os Regimes de Vinculação e a Extinção das Relações Jurídicas dos Trabalhadores da Administração Pública*, Almedina.

Ventura, André, 2014. *A nova Administração Pública Princípios Fundamentais e Normas Reguladoras*, Quid Juris.



## Legislação

Governo, 1975. Determina que o disposto no artigo 3º do DL nº 42 211, de 14 de abril de 1959 (ajudas de custo aos militares do Exército, da Armada e da Força, Aérea) seja aplicável aos militares que, em missão oficial, se desloquem ao estrangeiro ou no estrangeiro. (DL nº 655-A/75, de 20 de novembro). Lisboa: Diário da República nº 269, Série I, 2º Suplemento, Pág. 1852.

Governo, 1977. Dá nova redação ao § 4º do nº 3 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 39 184, de 22 de abril de 1953 e torna extensivo aos sargentos e praças dos três ramos das forças armadas o direito à gratificação de serviço aéreo constante das alíneas b) do artigo 2º e a) do artigo 3º do Decreto-Lei nº 41 810, de 9 de agosto de 1958. (DL nº 473/77, de 12 de novembro). Lisboa: Diário da República nº 262, Série I, Págs. 2695 a 2696.

Governo, 1979. Insere disposições relativas à revisão da generalidade das remunerações acessórias estabelecidas para o pessoal militar. (DL nº 253-A/79, de 27 de junho, revogado pelo DL nº 258/90, de 16 de agosto). Lisboa: Diário da República nº 172, Série I, 1º Suplemento, Págs. 1742 a 1742.

Governo, 1982. Aplica aos militares em diligência junto dos órgãos de soberania que exerçam funções de segurança o disposto nos artigos 1º e 2º do DL nº 305/92, de 2 de agosto, que institui uma gratificação em favor do pessoal da PSP e da GNR que presta serviço na Presidência da República e da Presidência do Conselho de Ministros (DL nº 434-B1/82, de 29 de outubro). Lisboa: Diário da República nº 251, Série I, 6º Suplemento, Pág. 3598.

Governo, 1984. Atribui uma gratificação e aumenta a contagem de tempo de serviço para cálculo das pensões de reserva e da reforma a operadores de câmara hipobárica. (DL nº 276/84, de 10 de agosto). Lisboa: Diário da República nº 185, Série I, Págs. 2463 a 2464.

Governo, 1988. Aprova o novo regime remuneratório dos militares do quadro permanente. (DL nº 190/88, de 28 de maio). Lisboa: Diário da República nº 124, Série I, Págs. 2302 a 2304.

Governo, 1989. Atualiza a gratificação suplementar de mergulho, na Armada, dando nova redação ao artigo 2º do DL nº 45 256, de 21 de Setembro de 1963, com a forma que lhe foi dada pelo artigo 11º do DL nº 253-A/79, de 27 de Julho (DL nº 47/89, de 22 de fevereiro). Lisboa: Diário da República nº 44, Série I, Pág. 740.

Governo, 1990. Cria o suplemento de serviço aéreo e revoga o DL nº 253-A/79, de 16 de Agosto (DL nº 258/90, de 16 de agosto). Lisboa: Diário da República nº 188, Série I, Págs. 3342 a 3343.



Governo, 1994. Suplemento de embarque dos militares das Forças Armadas. (DL n.º 169/94, de 24 de junho). Lisboa: Diário da República n.º 144, Série I-A, Págs. 3327 a 3328.

Governo, 1994. Regula a atribuição aos militares das Forças Armadas dos quadros permanentes na efetividade de serviço de alojamento condigno, para si e para o seu agregado familiar, a fornecer pelo Estado mediante o pagamento de uma contraprestação mensal (DL n.º 172/94, de 25 de junho). Lisboa: Diário da República n.º 145, Série I-A, Págs. 3342 a 3344.

Governo, 1994. Isenta o pessoal civil ou militar da dedução nas ajudas de custo do valor dos subsídios concedidos por entidades estrangeiras para frequência de cursos no estrangeiro (DL n.º 180/94, de 29 de junho). Lisboa: Diário da República n.º 133, Série I, Pág. 1824.

Governo, 1996. Define o estatuto dos militares das Forças Armadas envolvidos em missões humanitárias e de paz fora do território nacional, no quadro dos compromissos internacionais assumidos por Portugal. (DL n.º 233/96, de 7 de dezembro). Lisboa: Diário da República n.º 283, Série I-A, Págs. 4398 a 4399.

Governo, 1996. Define o estatuto dos militares nomeados para participarem em ações de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro. (DL n.º 238/96, de 13 de dezembro). Lisboa: Diário da República n.º 288, Série I-A, Págs. 4445 a 4447.

Governo, 1996. Define o estatuto dos militares das Forças Armadas envolvidos em missões humanitárias e de paz fora do território nacional, no quadro dos compromissos internacionais assumidos por Portugal. (DL n.º 233/96, de 7 de dezembro, com as alterações do DL n.º 348/99, de 27 de agosto e DL n.º 94/97, de 23 DL n.º 108/83, de 11 de outubro de abril). Lisboa: Diário da República n.º 283, Série I-A, Págs. 4398 a 4399.

Governo, 1999. Aprova o sistema retributivo aplicável aos militares dos quadros permanentes (QP) e em regime de contrato (RC) das Forças Armadas (DL n.º 328/99, de 18 de agosto). Lisboa: Diário da República n.º 192, Série I-A, Págs. 5468 a 5475.

Governo, 1999. Dá nova redação ao artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 258/90, de 16 de agosto, que cria o suplemento de serviço aéreo (DL n.º 292/99, de 3 de agosto). Lisboa: Diário da República n.º 179, Série I-A, Pág. 5008.



Governo, 2003. Dá nova redação aos artigos 8º e 10º do Decreto-Lei nº 233/96, de 7 de Dezembro, que aprovou o estatuto dos militares em missões humanitárias e de paz no estrangeiro. (DL n.º 299/2003, de 4 de dezembro). Lisboa: Diário da República nº 280, Série I-A, Págs. 8184 a 8185.

Governo, 2009. Aprova o regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato e de voluntariado dos três ramos das Forças Armadas. (DL n.º 296/2009, de 14 de outubro, alterado pelo DL n.º 142/2015 de 31 de Julho). Lisboa: Diário da República nº 199, Série I, Págs. 7655 a 7661.

Governo, 2009. Dá nova redação ao artigo 7º (Suplementos) do DL nº 328/99, de 18 de Agosto, que aprova o sistema retributivo aplicável aos militares dos quadros permanentes (QP) e em regime de contrato (RC) das Forças Armadas, no sentido de aumentar o valor atual do suplemento de condição militar, estabelecendo que o mesmo passe a ser remunerado por inteiro e em prestação mensal numa única componente, a todos os militares, sem prejuízo da revisão dos regimes de carreiras e de remunerações dos militares, decorrente da entrada em vigor da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro (DL n.º 50/2009, de 27 de fevereiro). Lisboa: Diário da República nº 41, Série I, Págs. 1359 a 1360.

Governo, 2015. Estabelece as obrigações ou condições específicas que podem fundamentar a atribuição de suplementos remuneratórios aos trabalhadores abrangidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, bem como a forma da sua integração na Tabela Única de Suplementos (DL n.º 25/2015, de 6 de fevereiro). Lisboa: Diário da República nº 26, Série I.

Governo, 2015. Estatuto dos Militares das Forças Armadas (DL n.º 90/2015, de 29 de maio, alterado pela Lei nº 10/2018, de 2 de março). Lisboa: Diário da República nº 104, Série I.

Ministros, Presidência do Pública, Ministério das Finanças e da Administração Pública, 2008. Aprova a tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, que se publica em anexo ao presente diploma, contendo o número de níveis remuneratórios e o montante pecuniário correspondente a cada um e actualiza os índices 100 de todas as escalas salariais (Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro). Lisboa: Diário da República nº 252, Série I, Págs. 9300.





Nacional, Ministro da Defesa, 1990. Fixa os montantes do suplemento de serviço aéreo criado pelo Decreto-Lei n.º 258/90, de 16 de Agosto (Portarias n.º 734 A/90, de 24 de agosto). Lisboa: Diário da República n.º 195, Série I, 1.º Suplemento, Pág. 3466.

Nacional, Ministro da Defesa, 1997. Dá nova redação à alínea c) do n.º 1.º da Portaria n.º 734-A/90, de 24 de Agosto, que fixa os montantes do suplemento de serviço aéreo criado pelo Decreto-Lei n.º 258/90, de 16 de Agosto. (Portaria n.º 119/97, de 21 de fevereiro). Lisboa: Diário da República n.º 44, Série I-B, Pág. 814.

República, A. d., 2008. Regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas (Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro) Lisboa: Diário da República n.º 41, Série I, 1.º Suplemento, Págs. 2 a 27.

República, A. d., 2013. Estabelece um regime de prestação de informação sobre remunerações, suplementos e outras componentes remuneratórias dos trabalhadores de entidades públicas, com vista à sua análise, caracterização e determinação de medidas adequadas de política remuneratória. (Lei n.º 59/2013, de 23 de agosto) Lisboa: Diário da República n.º 162, Série I, Págs. 5086 a 5088.

República, A. d., 2014. Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho) Lisboa: Diário da República n.º 117, Série I, Págs. 3220 a 3304.



Anexo A — Quadro Síntese Caracterizador da Base Legal, Critério de Atribuição e Justificação dos Suplementos Remuneratórios Específicos dos Militares das Forças Armadas.

Designação	Base Legal	Critério de Atribuição	Justificação
Suplemento de Condição Militar	DL n.º 50/2009, 27 fev. DL n.º 296/2009, 14 out.	Todos os militares.	Permanente disponibilidade e restrições de direitos específicos da condição militar.
Suplemento de Serviço Aéreo	DL n.º 258/90, 16 ago, alt pelo DL n.º 292/99, 3 ago e Port. n.º 734-A/90, 24 ago, Port. n.º 189/93, 16 ago e Port. n.º 119/97, de 21 fev.	Pessoal navegante, em preparação com destino aos QP e em frequência de curso.	Missão específica, sujeita a grande esforço e penosidade. Agressões inerentes a violentas descompressões, acelerações e ruídos. Desgaste contínuo, envelhecimento focal sistemático.
Suplemento de Serviço Aerotransportado	DL n.º 180/94, de 29 jun.	Militares que prestem serviço aerotransportado.	Peculiares condições de exigência, penosidade, risco acrescido e desgaste inerentes à execução de saltos em paraquedas, preparação e treino intenso e prontidão operacional.
Gratificação de Serviço Aéreo	DL n.º 473/77, de 12 nov. Desp. Norm 174/80, 25 mar.	Pessoal navegante eventual.	Situação particular de esforço, penosidade, risco acrescido e desgaste.
Gratificação de Serviço de Imersão	DL n.º 253-A/79, de 27 jun, alt. pelo DL n.º 75/83 de 8 fev e DL n.º 47/89, de 22 fev.	Pessoal especializado, que faça parte da lotação	
Gratificação de Serviço de Mergulhor	DL n.º 45256/63, de 21 set, alt pelo DL n.º 253-A/79, de 27 jun, DL e DL n.º 47/89, de 22 fev	Militares com especialização ou durante o curso,	Condições de risco, perigosidade, insalubridade e desgaste físico, decorrentes do isolamento prolongado em espaço confinado, das agressões inerentes e compressões e descompressões rápidas, da respiração de misturas gasosas sob pressão e do contacto com elementos tóxicos e fortemente poluentes.
Gratificação de Câmara Hipobárica	DL n.º 276/84, de 10 ago	Militares que desempenhem funções de Operador de Câmara Hipobárica.	Condições especiais de penosidade, risco e tensão psicológica, por exposição prolongada em ambientes rarefeitos e variações bruscas de pressão. Desgaste e envelhecimento precoce.
Prémio por Inativação de Engenhos Explosivos	DL n.º 253-A/79, de 27 jun	Pessoal Classificado.	Condições Especiais de penosidade, risco extremamente elevado e tensão psicológica, com risco de perda de vida.
Gratificação de Serviço Hidrográfico	DL n.º 30249/39, 30 dez, alt. pelo DL n.º 40872/56 de 23 nov	Militar	
Subsídio de Trabalhos de	DL n.º 21904/32, de 24 nov	Militares do Instituto	Equivalência a subsídio do Instituto Geográfico Português



## Suplementos das Forças Armadas

Campo		Geográfico do Exército	
Suplemento de Embarque	DL n.º 169/94, 14 jun	Militares que embarquem e prestem serviço em navios. Pago consoante os dias de embarque	Militares dos três ramos das Forças Armadas que embarquem e prestem serviço em Navios da Armada
Suplemento de Missão	DL n.º 233/96, de 7 dez, alterado pelo DL n.º 348/99 de 27 ago, e DL n.º 299/2003, de 4 dez e	Militares que participam em missões humanitárias e de paz	Militares que participam em missões humanitárias e de paz



Anexo B — Quadro Síntese Caracterizador da Forma de Cálculo e Relevância Remuneratória dos Suplementos Remuneratórios Específicos dos Militares das Forças Armadas.

Designação	Forma de Cálculo	Relevância Remuneratória
Suplemento de Condição Militar	Prestação mensal, calculada em função do posto.	Releva para o Cálculo da pensão de reserva e reforma, a título de remuneração principal. Releva para o cálculo de subsídio de férias e natal. Sobre ele incidem descontos para a CGA ou SS, e subsistema de saúde ADM.
Suplemento de Serviço Aéreo	Prestação mensal, calculada em função do posto; quando se verificarem as condições de prestação do serviço.	Releva para o Cálculo da pensão de reserva e reforma, a título de remuneração principal.
Suplemento de Serviço Aerotransportado	Prestação paga no mês em que se realize o número mínimo de saltos.	Releva para o Cálculo da pensão de reserva e reforma, a título de remuneração principal, consoante o último posto em que o militar tenha prestado o serviço.
Gratificação de Serviço Aéreo	Pago apenas nos dias em que os voos se realizem.	
Gratificação de Serviço de Imersão	Pelo período de embarque, ou que estando na esquadilha tenha que embarcar.	Releva para o Cálculo da pensão de reserva e reforma, a título de remuneração principal, consoante o último posto em que o militar tenha prestado o serviço.
Gratificação de Serviço de Mergulhor	Consoante o tempo e a profundidade.	Releva para o Cálculo da pensão de reserva e reforma, a título de remuneração principal, consoante o último posto em que o militar tenha prestado o serviço.
Gratificação de Câmara Hipobárica	Desde a data em que inicia funções e durante o semestre seguinte	_____
Prémio por Inativação de Engenhos Explosivos	Pago no mês em que sejam feitas inativações.	_____
Gratificação de Serviço Hidrográfico	Pelo trabalho hidrográfico efetivo	_____
Subsídio de Trabalhos de Campo	Pelo período em que decorra o trabalho de Campo.	_____
Suplemento de Embarque	Pago por dia de embarque, por percentagem de valor de ajuda de curso por deslocação em território nacional, consoante o tempo e local de de embarque.	_____
Suplemento de Missão	Pelo período da missão, consoante fixado por portaria ministerial.	_____



Anexo C — Quadro Síntese dos Requisitos Gerais de Atribuição de Suplementos definidos para a Tabela Única de Suplementos.

Requisitos de atribuição de suplementos, definidos pelo art.º 149.º da LTFP	Exercício de funções em postos de trabalho que apresentam condições mais exigentes relativamente a outros postos de trabalho caracterizados por idêntico cargo ou por idênticas carreiras e categoria
	Referência ao exercício de funções nos postos de trabalho, só sendo devidos a quem os ocupe. Apenas devidos enquanto perdurem as condições de trabalho que determinaram a sua atribuição e haja exercício de funções efetivo ou como tal considerado em lei.
	Fixados por lei, em montantes pecuniários, e só excecionalmente em percentagem da remuneração base mensal, não sendo atualizados, em regra, com a progressão na carreira
Requisitos de atribuição de suplementos definidos para a TUS, pelo n.º 1 do art.º 2.º e art.º 4 do DL nº 25/2015, de 6 de fevereiro	Quando as condições específicas ou mais exigentes não tenham sido consideradas, expressamente, na fixação da remuneração base da carreira ou cargo
	Enquanto perdurem as condições de trabalho que determinaram a sua atribuição e haja exercício de funções efetivo ou como tal considerado em lei.
	O valor dos suplementos remuneratórios é fixado em montante pecuniário e apenas excecionalmente em percentagem da remuneração base, não sendo atualizados, em regra, com a progressão na carreira. Pelo contrário, os suplementos remuneratórios por trabalho noturno, de turno e por trabalho suplementar são fixados em percentagem da remuneração base mensal.



## Anexo D — Quadro Síntese dos Fundamentos Específicos de Atribuição de Suplementos definidos para a Tabela Única de Suplementos.

Fundamentos de atribuição de suplementos definidos pelo art.º 149.º da LTFP	Exercício de funções, em condições de trabalho mais exigentes, de forma anormal e transitória, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho suplementar, noturno, em dias de descanso semanal, complementar e feriados e fora do local normal de trabalho.
	Exercício de funções, em condições de trabalho mais exigentes, de forma permanente, designadamente as decorrentes de prestação de trabalho arriscado, penoso ou insalubre, por turnos, em zonas periféricas, com isenção de horário e de secretariado de direção.
Fundamentos de atribuição de suplementos de carácter permanente, definidos pelo n.º 2 do art.º 2.º do DL n.º 25/2015.	a) a disponibilidade permanente para a prestação de trabalho a qualquer hora e em qualquer dia, sempre que solicitada pela entidade empregadora pública
	b) a prevenção ou piquete para assegurar o funcionamento ininterrupto do órgão ou serviço;
	c) a isenção de horário de trabalho
	d) a penosidade da atividade ou tarefa realizada originando sobrecarga física ou psíquica ou originada pelo horário em que é prestada a função;
	e) o risco inerente à natureza das atividades e tarefas concretamente cometidas, de investigação criminal, ou de apoio à investigação criminal, proteção e socorro, informações de segurança, segurança pública, quer em meio livre, quer em meio institucional, fiscalização e inspeção;
	f) a insalubridade suscetível de degradar o estado de saúde do trabalhador devido aos meios utilizados ou pelas condições climáticas ou ambientais inerentes à prestação do trabalho;
	g) o manuseamento ou guarda de valores, numerário, títulos ou documentos representativos de valores ou numerário;
	h) o alojamento ou residência determinada pelo Estado, sem possibilidade de usufruir de alojamento ou residência facultado pelo Estado
	i) as necessidades de representação do cargo ou função
Fundamentos de atribuição de suplementos de carácter transitório, obrigações temporárias ou condições específicas delimitadas no tempo, definidos pelo n.º 3 do art.º 2.º do DL n.º 25/2015.	j) e o exercício de funções de administração e cobrança tributária e aduaneira.
	a) missão humanitária e de paz;
	b) mudança ou alteração temporária do local de trabalho determinada pelo Estado, sem possibilidade de usufruir de alojamento ou residência facultado pelo Estado;
	c) prevenção ou piquete temporário
	d) trabalho suplementar.
	e) trabalho noturno ocasional.
	f) exercício de funções de coordenação, quando legalmente previstas e não integradas em categoria ou cargo.
	g) exercício de funções nas Regiões Autónomas por trabalhadores com vínculo de emprego público afetos a órgão ou serviço sediado no continente e cuja deslocação seja da iniciativa do órgão ou serviço.



Anexo E — Quadro Comparativo da Razão, Requisitos e Fundamentos dos Suplementos Remuneratórios Militares perante a Tabela Única de Suplementos.

Designação	Critério de Atribuição	Aferição de Fundamentos	Aferição perante a TUS
Suplemento de Condição Militar	Todos os militares. Prestação mensal, calculada em função do posto.	Permanente disponibilidade e restrições de direitos específicos da condição militar.	Não cumpre a exigência do exercício de funções no posto, mas visa remunerar circunstâncias não consideradas na remuneração base. A componente variável depende do posto. Os seus fundamentos vão além da disponibilidade permanente, considerada na TUS. Tem característica de remuneração principal para efeitos de cálculo de pensões.
Suplemento de Serviço Aéreo	Pessoal navegante, em preparação com destino aos QP e em frequência de curso. Prestação mensal, calculada em função do posto; quando se verifiquem as condições de prestação do serviço.	Missão específica, sujeita a grande esforço e penosidade. Agressões inerentes a violentas descompressões, acelerações e ruídos. Desgaste contínuo, envelhecimento focal sistemático.	Depende da prestação de Serviço. É calculada em função do posto. Os fundamentos de insalubridade revelam especificidades face ao conceito da TUS. Tem característica de remuneração principal para efeitos de cálculo de pensões.
Suplemento de Serviço Aerotransportado	Militares que prestem serviço aerotransportado. Prestação paga no mês em que se realize o número mínimo de saltos.	Peculiares condições de exigência, penosidade, risco acrescido e desgaste inerentes à execução de saltos em paraquedas, preparação e treino intenso e prontidão operacional.	Depende da prestação de Serviço. É calculada em função do posto. Os fundamentos de insalubridade revelam especificidades face ao conceito da TUS. Tem característica de remuneração principal para efeitos de cálculo de pensões.
Gratificação de Serviço Aéreo	Pessoal navegante eventual. Pago apenas nos dias em que os voos se realizem.	Situação particular de esforço, penosidade, risco acrescido e desgaste.	Depende da prestação de Serviço. É calculada em função do posto. Os fundamentos de insalubridade revelam especificidades face ao conceito da TUS.
Gratificação de Serviço de Imersão	Pessoal especializado, que faça parte da lotação e nesse mês tenha permanecido embarcado		Depende da prestação de Serviço. É calculada em função do posto.



## Suplementos das Forças Armadas

	no mínimo dez dias, ou que estando na esquadilha tenha que embarcar.		Os fundamentos de insalubridade revelam especificidades face ao conceito da TUS. Tem característica de remuneração principal para efeitos de cálculo de pensões.
Gratificação de Serviço de Mergulhor	Militares com especialização ou durante o curso, consoante o tempo e a profundidade.	Condições de risco, perigosidade, insalubridade e desgaste físico, decorrentes do isolamento prolongado em espaço confinado, das agressões inerentes e compressões e descompressões rápidas, da respiração de misturas gasosas sob pressão e do contacto com elementos tóxicos e fortemente poluentes.	Depende da prestação de Serviço. É calculada em função do posto. Os fundamentos de insalubridade revelam especificidades face ao conceito da TUS. Tem característica de remuneração principal para efeitos de cálculo de pensões.
Gratificação de Câmara Hipobárica	Militares que desempenhem funções de Operador de Câmara Hipobárica. Desde a data em que inicia funções e durante o semestre seguinte	Condições especiais de penosidade, risco e tensão psicológica, por exposição prolongada em ambientes rarefeitos e variações bruscas de pressão. Desgaste e envelhecimento precoce.	Depende da prestação de Serviço. É de valor fixo. Os fundamentos de insalubridade revelam especificidades face ao conceito da TUS.
Prémio por Inativação de Engenhos Explosivos	Pessoal Classificado. Pago no mês em que sejam feitas inativações.	Condições Especiais de penosidade, risco extremamente elevado e tensão psicológica, com risco de perda de vida.	Depende da prestação de Serviço. Os fundamentos de insalubridade revelam especificidades face ao conceito da TUS.
Gratificação de Serviço Hidrográfico	Militar que realize trabalho hidrográfico efetivo	Sem referência específica aos fundamentos de atribuição.	Depende da prestação de Serviço. Sem referência aos fundamentos.
Subsídio de Trabalhos de Campo	Militares do Instituto Geográfico do Exército durante o trabalho de Campo.	Equivalência a subsídio do Instituto Geográfico Português	Depende da prestação de Serviço. Sem referência aos fundamentos
Suplemento de Embarque	Militares que embarquem e prestem serviço em navios. Pago consoante os dias de embarque	Condições especiais de dureza, o afastamento da família e do normal ambiente de inserção social por períodos com duração por vezes significativa, fator gerador de pressões de natureza emocional e psicológica	Depende da prestação de Serviço. É de valor variável. Os fundamentos de insalubridade revelam especificidades face ao conceito da TUS.
Suplemento de Missão	Militares que participam em missões humanitárias e de paz	Participação na missão.	Depende da prestação de Serviço. É de valor variável. Sem referência aos fundamentos.



